

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Correio Braziliense*

Class.: *271*

Data: *20 de agosto de 1987*

Pg.: _____

Gustavo: União pela soberania

O deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ) conclamou ontem todos os membros da Assembleia Nacional Constituinte a se unirem "numa corrente suprapartidária, acima de facções e ideologias", a fim de "enfrentar o lobby internacional, que tem a ousadia de conspirar contra a soberania de nosso País".

Segundo ele, esse lobby tenta impedir o aproveitamento das riquezas naturais do Brasil. "A campanha internacional", enfatizou o deputado, "é mais influente no tocante aos minérios, visando a sustar sua exploração, que hoje é fundamental para o pagamento da dívida externa, no sentido de possibilitar que o Brasil enfim declare sua independência econômica".

Gustavo de Faria garantiu que se tenta, a todo custo, impedir que sejam exploradas as jazidas em áreas indígenas. Ele acusou o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de coordenar as ações desse lobby dentro do País e contestou a versão de que os índios não gostariam de ver explorados os minérios existentes no subsolo das terras que ocupam.

O deputado relatou visita que lideranças indígenas fizeram ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, onde tiveram a oportunidade de explicar por que estão defendendo o aproveitamento dos minérios em seus territórios. "Querem construir escolas e hospitais, educar os filhos e ter um relacionamento digno e respeitoso com a sociedade brasileira", observou o parlamentar.

PRESSÕES

No entender de Faria, o fato de o projeto inicialmente elaborado pela Comissão de Sistematização praticamente proibir o aproveitamento dos minérios situados nas reservas indígenas, praticamente prova que "o lobby internacional vem obtendo êxito entre os constituintes".

Para reverter esse quadro, Faria pediu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), destinada a investigar em profundidade todas as denúncias publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo e que mereceram desdobramentos em muitos outros veículos de comunicação.

"Esta campanha internacional", acentua o parlamentar, "demonstra que não eram infundados os temores do Conselho de Segurança Nacional, de que se viabilizassem as pressões, tanto nacionais quanto estrangeiras, visando a constituir um estado indígena independente na Amazônia, subtraindo cerca de 14 por cento do território nacional". Faria frisou que "esse movimento foi planejado no exterior e vem sendo financiado por dinheiro depositado em bancos estrangeiros desde 1981".

A respeito do Cimi, especificamente, o deputado carioca considerou sua atuação "altamente danosa aos interesses nacionais". No seu entender, ao trabalhar com as populações indígenas "os integrantes do Cimi estão defendendo minerações estrangeiras, sobretudo as empresas que exploram a cassiterita na Malásia e em outros países".

Faria disse fazer a denúncia sobre o uso indevido do Cimi muito à vontade, "porque não sou contrário à atuação dos missionários junto às comunidades indígenas". A respeito do assunto, ele apresentou emenda poucas semanas atrás, prevendo a criação de um fundo especial justamente para custear a ação dos missionários na Amazônia.

O parlamentar denunciou também que o Cimi interfere até nas relações do País com órgãos internacionais de crédito. E citou como exemplo pressões que o órgão estaria fazendo junto ao Banco Mundial, no sentido do cancelamento de financiamento para o asfaltamento da rodovia BR-364, no trecho ligando Porto Velho (Rondônia) a Rio Branco (no Acre).



Gustavo de Faria quer CPI para investigar lobby